



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

1ª RETIFICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 021/2026 - COMPRASGOV Nº 9021/2026 - SEJUSP

OBJETO: Registro de preços para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados nas áreas de Endodontia, Ginecologia, Pediatria, Nutrição e Biomedicina, para Rio Branco e Cruzeiro do Sul, destinado ao Centro Integrado de Apoio Biopsicossocial-CIAB/SEJUSP, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (CBMAC), Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC e Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC.

A SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES – SELIC, COMUNICA, aos interessados que o pregão acima mencionado, com 1) **Aviso de Licitação**, publicado no Diário Oficial do Estado, Nº 14.186, Pág. 11, do dia 14/01/2026 e no Jornal de Grande Circulação (Opinião), Pág. 10 do dia 14/01/2026 e no sites: www.ac.gov.br, www.licitacao.ac.gov.br; com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, notifica que houveram questionamentos e respostas e foi **RETIFICADO** conforme abaixo:

Em atendimento ao pedido de esclarecimento solicitado por empresas interessadas no processo licitatório, informamos a todos os interessados quanto à resposta da Autoridade Superior do Órgão, conforme abaixo:

1. DOS QUESTIONAMENTO E DAS RESPOSTAS:

EMPRESA (A):

QUESTIONAMENTO 01:

O descarte e gerenciamento de resíduos será pela contratante?

RESPOSTA:

Sim.

QUESTIONAMENTO 02:

O Cirurgião Dentista Endodontista de Rio Branco faz jus ao adicional de insalubridade?

RESPOSTA:

Sim. Esta informação, bem como o percentual, constam no item 14 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

QUESTIONAMENTO 03:

A nota fiscal será emitida por um único código por localidade?

RESPOSTA:

Conforme informação da área técnica de contabilidade da SEJUSP: No que se refere à emissão de nota fiscal pela prestação de serviços nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, a empresa deverá emitir duas notas fiscais, sendo uma para cada município, observando o número correspondente de cada empenho. Quanto ao código de serviço, este deverá ser definido conforme a atividade exercida pela empresa, em conformidade com as normas fiscais e a legislação pertinente.

EMPRESA (B):

QUESTIONAMENTO 04:

O serviço objeto da licitação já se encontra atualmente em execução? Em caso afirmativo, gentileza informar a empresa atualmente contratada e o número do contrato vigente.

RESPOSTA:

A SEJUSP **não** celebrou contrato com os serviços.

QUESTIONAMENTO 05:

Poderiam informar o nº do pregão do processo anterior?

RESPOSTA:

A SEJUSP **não** procedeu a abertura de processo com este objeto.

QUESTIONAMENTO 06:

Ainda em relação ao item anterior, qual a data de término da vigência do contrato atual? Caso o serviço ainda não esteja em execução, há previsão ou data estimada para início da prestação dos serviços?

RESPOSTA:

A SEJUSP **não** celebrou contrato com os serviços. Trata-se de serviços para execução com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, uma vez provisionados os recursos, após a licitação, estima-se entre 60(sessenta) dias a contratação.

QUESTIONAMENTO 07:

A contratante figura na condição de substituta tributária para fins fiscais?

RESPOSTA:

Não. Órgãos públicos **não são substitutos tributários típicos** (como no regime de ICMS-ST). Entretanto eles atuam como **responsáveis tributários** na retenção na fonte de IR, INSS, em alguns municípios, ISS.

QUESTIONAMENTO 08:

Poderiam informar qual o código de faturamento utilizado na emissão da Nota Fiscal de Serviços?

RESPOSTA:

A SEJUSP/Acre não indica código, se o código for referente a emissão de nota fiscal de prestação de serviço, deve ser o de "locação de mão de obra temporária"

QUESTIONAMENTO 09:

Qual a alíquota de ISS a ser considerada para o objeto contratual?

RESPOSTA:

Alíquota de 5%

QUESTIONAMENTO 10:

O profissional designado como preposto poderá integrar a equipe operacional do contrato?

RESPOSTA:

Observar o que diz o item 17.3 do Termo de Referência - Das Obrigações da Contratada: *Indicar e manter um Preposto com capacidade de tomada de decisões compatíveis com o compromisso assumido para interagir com os profissionais prestadores e com a Coordenação da CONTRATANTE, no que se refere às questões técnicas e éticas do desempenho profissional. Não sendo necessária a permanência deste nas unidades da Contratante, somente quando for acionado. O Preposto não poderá ser um dos demais profissionais contratados para a execução das atividades constantes neste Termo de Referência, pois não poderá haver acúmulo de funções, o que prejudicaria o desenvolvimento das atividades.*

QUESTIONAMENTO 11:

Em caso negativo, o preposto deverá ser exclusivo para este contrato?

RESPOSTA:

Cabe a própria empresa essa decisão de manter preposto exclusivo ou não para o contrato a ser celebrado.

QUESTIONAMENTO 12:

Caso seja exigido preposto exclusivo, haverá necessidade de presença física no local da prestação dos serviços? Em sendo exigida a presença, qual será a jornada de trabalho prevista?

RESPOSTA:

Observar o que diz o item 17.3 do Termo de Referência anexo do Edital.

QUESTIONAMENTO 13:

Os percentuais de encargos sociais constantes na planilha poderão ser ajustados conforme a realidade e enquadramento legal de cada licitante?

RESPOSTA:

Sim , observando a legislação vigente e mediante comprovação. Observando, ainda, o constante nos itens 36 e 37 do Termo de Referência.

QUESTIONAMENTO 14:

O controle de ponto e frequência dos colaboradores poderá ser realizado por meio de aplicativo eletrônico, conforme legislação vigente?

RESPOSTA:

Sim. Desde que esteja de acordo com legislação pertinente no país e se possível a comprovação do registro da frequência quanto solicitado pela fiscalização do contrato para fins de pagamento mensal a empresa.

QUESTIONAMENTO 15:

Há previsão de insalubridade (grau mínimo, médio ou máximo) ou periculosidade?

RESPOSTA:

Não há previsão para periculosidade. E para insalubridade verificar o que consta no item *14.1 DO PERCENTUAL DE INSALUBRIDADE A SER ESTIMADO, do Termo de Referência, que diz: A licitante deverá incluir na sua planilha de composição de custos a insalubridade em percentual de 20% (vinte por cento), para os postos de Cirurgião Dentista, Biomédico, Pediatra e Ginecologista. Esclarecemos, no entanto, que após a assinatura do Contrato, para fins de pagamento mensal, a Contratada deverá apresentar, para a fiscalização do Contrato; Laudo com*

QUESTIONAMENTO 16:

Nos últimos 12 meses, houve a necessidade de hora extra?

RESPOSTA:

A SEJUSP **não** celebrou contrato com os serviços. E não há no processo previsão para hora extra.

QUESTIONAMENTO 17:

Haverá necessidade de insumos no contrato? Será por conta da contratante?

RESPOSTA:

Os insumos são de responsabilidade da Contratante.

QUESTIONAMENTO 18:

Caso seja da contratada, poderiam disponibilizar a listagem de insumos necessários?

RESPOSTA:

Os insumos são de responsabilidade da Contratante.

QUESTIONAMENTO 19:

Haverá necessidade de algum equipamento já definido pela contratante?

RESPOSTA:

Não.

QUESTIONAMENTO 20:

A contratação dos profissionais pela empresa contratada deverá ser obrigatoriamente em regime celetista (CLT), ou será admitida a contratação por meio de prestação de serviços (PJ)?

RESPOSTA:

Regime celetista (CLT). A SEJUSP contrata a empresa que disponibiliza os postos de serviços com os profissionais para a execução do contrato.

QUESTIONAMENTO 21:

Referente aos materiais, como exemplo a máscara descartável, é informado que será necessário para o cirurgião dentista a quantidade de 960 máscara por ano, por posto, desta forma, ainda se faz necessário realizar a multiplicação de 960 pela quantidade de profissionais, neste caso $960 * 2$, nosso entendimento está correto?

RESPOSTA:

A Quantidade de postos para registro para o item 01 (cirurgião dentista, Rio Branco) e para o item 06 (cirurgião dentista, Cruzeiro) é de 04(quatro) postos. A planilha de custo e formação de preços (modelo) se refere ao custo de 01 (um) profissional. Sendo feito a multiplicação ao final no quadro demonstrativo do valor global da proposta, pela quantidade de postos visando obtenção do valor mensal e anual da contratação.

QUESTIONAMENTO 22:

Referente ao item 14. DA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO, entendemos que os valores são os mínimos aceitáveis, não sendo possível valores menos, apenas maiores em caso de convenção coletiva, nosso entendimento está correto?

RESPOSTA:

Sim.

EMPRESA (C):

QUESTIONAMENTO 23:

I. O acolhimento integral da presente impugnação, para que seja determinada a retificação do Edital e do Termo de Referência, especialmente quanto ao item 20 e ao item 20.1 do Termo de Referência, a fim de sanar as ilegalidades e inconsistências apontadas e adequar o instrumento convocatório à natureza regulada do objeto e ao regime jurídico da habilitação, nos termos dos arts. 62 e 67 da Lei nº 14.133/2021, com preservação da isonomia, do julgamento objetivo e da segurança jurídica do certame.

II. Que a Administração reorganize o marco temporal das exigências, reenquadrando como requisitos de habilitação técnica e não como condições futuras de contratação todas as exigências que constituem pressupostos jurídicos, técnicos e regulatórios indispensáveis à execução válida do objeto, inclusive aquelas atualmente previstas apenas para o denominado “momento da contratação”, vedada a seleção de licitante que não demonstre, desde logo, aptidão mínima da empresa e de seus profissionais executores para contratar e executar os serviços.

III. Que o saneamento do instrumento convocatório seja promovido sem alteração do escopo do certame, limitando-se ao ajuste do momento de exigência e à explicitação dos requisitos mínimos de regularidade técnico-profissional, técnicooperacional e regulatória, mediante a migração integral da qualificação dos profissionais executores (atualmente prevista no item 20.1 do TR) para a fase de habilitação, com a inclusão e/ou substituição de subitens no rol de Qualificação Técnica (Habilitação) do Edital e do Termo de Referência, nos seguintes termos:

20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (HABILITAÇÃO)

Para fins de habilitação técnica, as licitantes deverão comprovar, no momento da sessão do certame, a aptidão técnica, técnico-operacional e técnico-profissional da pessoa jurídica e dos profissionais que executarão os serviços, nos termos dos arts. 62 e 67 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, podendo ser exigida, em diligência, da proposta melhor classificada, a apresentação de cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) que deram origem ao atestado.

b) Documentação comprobatória da estrutura técnico-operacional e da equipe técnica, contendo, no mínimo:

§ Indicação do pessoal técnico (profissionais executores dos serviços);

§ Comprovação da qualificação profissional de cada membro da equipe técnica;

§ Indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto

c) Comprovação da qualificação técnico-profissional dos executores dos serviços, mediante apresentação, para cada profissional indicado:

§ Comprovante de graduação reconhecida pelo MEC;

§ Inscrição e regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional competente;

§ Comprovação de vínculo profissional com a licitante ou declaração formal de anuência para futura contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

d) Registro e regularidade da pessoa jurídica junto aos Conselhos Profissionais competentes, conforme a natureza dos serviços ofertados, quando aplicável, dentre eles:

§ Conselho Regional de Odontologia – CRO;

§ Conselho Regional de Medicina – CRM;

§ Conselho Regional de Nutrição – CRN;

§ Conselho Regional de Biomedicina – CRBM.

e) Licença ou Alvará Sanitário vigente, expedido pela autoridade sanitária estadual ou municipal competente, compatível com o objeto da licitação e com o estabelecimento utilizado na execução dos serviços, nos termos da legislação sanitária aplicável.

f) Inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, compatível com o objeto da contratação, contendo a vinculação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços e observância da carga horária máxima permitida, nos termos do art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.646/2015.

g) Comprovação de aptidão institucional mínima para o cumprimento das normas de segurança do paciente, inclusive quanto à utilização do sistema NOTIVISA, nos termos da RDC ANVISA nº 36/2013 e normas correlatas

IV Requer-se, ainda, que a fase de contratação seja expressamente delimitada para contemplar exclusivamente as providências próprias da formalização contratual, nos estritos termos dos arts. 89 a 95 da Lei nº 14.133/2021, vedada a exigência, reapreciação, reapresentação ou regularização tardia de quaisquer requisitos de qualificação técnica, técnico-profissional, técnico-operacional ou regulatória que devam ser obrigatoriamente comprovados na fase de habilitação, sob pena de desvio da finalidade legal dessa etapa e violação ao julgamento objetivo.

V. Por fim, acolhida a presente impugnação, requer-se a republicação do edital, com a consequente reabertura dos prazos legais, assegurando-se ampla e prévia ciência a todos os interessados, bem como a observância integral dos princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo, eficiência e segurança jurídica, que regem as licitações públicas.

RESPOSTA:

Em resposta, solicitamos a alteração do item indicado passando a constar o seguinte, alterando-se, dessa forma, o momento da apresentação da documentação indicada, passando a constar no item 20-Qualificação Técnica, e não mais no momento da Contratação:

20- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

b) Apresentar declaração ou documento relativo à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, que será restrito na indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. (art. 67, III, da Lei federal nº 14.133/2021).

c) Certidão de registro de pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Odontologia – CRO, para os itens 01 e 06; Certidão de registro de pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Medicina (CRM), para os itens 02, 03, 07 e 08; Certidão de registro de pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Nutrição – CRN, para os itens 04 e 09; Certidão de registro de pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Biomedicina – CRBM, para os itens 05 e 10.

d) Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento da Saúde (CNES), compatível com o objeto da licitação, conforme art. 4º da Portaria nº 1.646, de 02/10/2015.

e) Alvará de Funcionamento em plena validade compatível com o objeto da licitação

20.1. Documentos para apresentação na Contratação

a) O licitante deverá apresentar, no momento da **Contratação**, os seguintes documentos dos profissionais que prestarão os serviços: Registro de Graduação, devidamente reconhecido pelo MEC; cópia autenticada da inscrição no Conselho Regional de Classe, com a respectiva certidão de regularidade; comprovante de cadastro no programa CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, de acordo com o serviço solicitado, com vinculação possível para terceiros de Rio Branco, observando a carga horária máxima prevista no CNES para que haja possibilidade de contratação;

2. Fica retificado o Termo de Referência no item 20:

ONDE LÊ-SE:

20- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

b) A empresa licitante deverá apresentar documento indicando o pessoal (mão de obra), das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que responsabilizará pelos trabalhos.

20.1. Documentos para apresentação na Contratação

a) O licitante deverá apresentar, no momento da Contratação, os seguintes documentos dos profissionais que prestarão os serviços: Registro de Graduação, devidamente reconhecido pelo MEC; cópia autenticada da inscrição no Conselho Regional de Classe, com a respectiva certidão de regularidade; comprovante de cadastro no programa CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, de acordo com o serviço solicitado, com vinculação possível para terceiros de Rio Branco, observando a carga horária máxima prevista no CNES para que haja possibilidade de contratação;

b) A comprovação de vínculo profissional pode ocorrer com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, ou contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou contrato de trabalho devidamente registrado no Conselho Profissional da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

c) A contratada deverá estar adequadamente cadastrada no programa CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde para realização de serviços SUS, com profissionais e carga horária

individual conforme preconizado pelo Ministério da

LEIA-SE:

20- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

b) Apresentar declaração ou documento relativo à qualificação técnica-profissional e técnico-operacional, que será restrito na indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. (art. 67, III, da Lei federal nº 14.133/2021).

c) Certidão de registro de pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Odontologia – CRO, para os itens 01 e 06; Certidão de registro de pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Medicina (CRM), para os itens 02, 03, 07 e 08; Certidão de registro de pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Nutrição – CRN, para os itens 04 e 09; Certidão de registro de pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Biomedicina – CRBM, para os itens 05 e 10.

d) Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento da Saúde (CNES), compatível com o objeto da licitação, conforme art. 4º da Portaria nº 1.646, de 02/10/2015.

e) Alvará de Funcionamento em plena validade compatível com o objeto da licitação

20.1. Documentos para apresentação na Contratação

a) O licitante deverá apresentar, no momento da Contratação, os seguintes documentos dos profissionais que prestarão os serviços: Registro de Graduação, devidamente reconhecido pelo MEC; cópia autenticada da inscrição no Conselho Regional de Classe, com a respectiva certidão de regularidade; comprovante de cadastro no programa CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, de acordo com o serviço solicitado, com vinculação possível para terceiros de Rio Branco, observando a carga horária máxima prevista no CNES para que haja possibilidade de contratação;

Respondido por:

Kátia Maria Oliveira da Costa

Chefe da Divisão de Compras e Licitações - DIVCL/SEJUSP

PORTARIA SEJUSP nº 462, de 09/08/2023

Matrícula 291463-2

4. DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

ABERTURA: 22/05/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).

RETIRADA DO EDITAL: a partir de 08/05/2026 até a data de Abertura.

5. As demais informações constantes do Edital e seus Anexos continuam inalteradas.

Renato da Rocha Silva

Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DA ROCHA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 06/05/2026, às 14:02, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020673834** e o código CRC **22B7E406**.